

Editorial

O tema da globalização é decididamente inesgotável enquanto objeto de reflexão e pesquisa. Promovê-lo permanentemente é não somente uma tarefa acadêmica, mas um compromisso político.

O conjunto de trabalhos apresentados neste número contribuem decisivamente para o enriquecimento destas duas dimensões, enquanto necessidade pesquisa e enquanto preocupação política e utópica. Os trabalhos aqui apresentados refletem os meandros e labirintos do processo globalização, seja num âmbito estrutural, seja numa dimensão mais específica. Reflexões comuns aos autores é o esforço em perceber o movimento de desconstrução de um algo que estava estabelecido e a introdução de um novo, desconhecido, enigmático, obscuro, que necessita ser decifrado. É recorrente a preocupação com os rumos civilizatórios desta nova ordem. A negativização do Estado, dos direitos, da cidadania, do trabalho. A afirmação de um homem público dessocializado, desinstitucionalizado, de projetos efêmeros, de perspectivas instáveis, da financeirização da vida, da autobiografização, de utopias imediatas.

Assim, temos um conjunto de trabalhos que nos proporcionam uma reflexão fortemente orientada a partir da Economia Política e outros a partir do senso da Ciência Política e da Sociologia, apontando todos para a dimensão social.

Alves discute o que denomina de sócio-metabolismo da barbárie com suas profundas implicações psicossociais na reprodução societal, no contexto da crise da globalização. Na seqüência de sua análise enfatiza fenômenos do capitalismo global, como a dessocialização e precarização do trabalho e a crise das políticas sociais. O autor define sócio-metabolismo da barbárie como uma matriz analítico-crítica capaz de identificar o complexo societário ampliado de irracionalidades psicossociais as mais diversas, entre elas as múltiplas formas de precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho e do trabalho vivo. A base material do sócio-metabolismo da barbárie é o novo regime de acumulação e de reprodução societal do capitalismo global, caracterizado pela predominância do capital financeiro e da financeirização da riqueza capitalista. A crise estrutural do capital exacerba algumas qualidades sistêmicas do capitalismo tardio, que o autor denomina capitalismo manipulatório expresso no toyotismo. Ao colocar a financeirização da riqueza capitalista como elemento estruturador da lógica sistêmica do capital a grande empresa industrial tende a incorporar o espírito do capital financeiro, incorpora a lógica da acumulação flexível em suas múltiplas ins-

tâncias. Aponta a crise da Previdência Social como expressão da crise do sistema de reprodução social, incapaz de constituir uma temporalidade futura e de garantir o processo civilizatório humano-genérico, expresso no aumento do tempo de vida, em virtude do afastamento das barreiras naturais pela sociedade.

Alvim parte de uma discussão sobre as estratégias de expansão e de legitimação dos interesses dos Estados Unidos, através do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas, criadas como instituições financeiras multilaterais do após guerra, com o objetivo de dar suporte estruturante às práticas do comércio internacional e tendo como princípio que cada país poderia comerciar com os demais nas mesmas condições. O autor mostra como estas instituições multilaterais são instrumentalizadas como organismos financeiros para atuarem politicamente, como “frentes móveis de ação” nas estratégias de disseminação da cultura do americanismo. Um pressuposto foi o dólar americano ter se tornado um dinheiro mundial, possibilitando a expansão e mundialização dos interesses corporativos dos capitais e do Estado norte-americano. Essas agências – atuando enquanto intelectuais – representam assim, as afinidades políticas, ideológicas e de poder quanto aos interesses subjacentes dos centros financeiros, grupos econômicos corporativos e interesses nacionais internos, ao atuarem estrategicamente nas definições das políticas econômico-financeiras dos países assistidos.

O artigo de Tura aborda as relações entre o processo de mundialização do capital e suas implicações para a soberania nacional no governo FHC. O autor salienta as idéias de mundialização e soberania, para explicar a participação dos agentes estatais brasileiros como verdadeiros gerentes locais dos interesses do capital transnacional e como formuladores e implementadores de ações, voltadas à submissão dos órgãos políticos da soberania política aos órgãos técnicos da burocracia econômica.

Mattei analisa as principais transformações econômicas que marcaram o final do século XX, caracterizando esse processo como uma etapa de aprofundamento do processo de globalização. Além disso, são destacados os elos entre esse fenômeno e a expansão das desigualdades e da exclusão social. A globalização econômica é um importante vetor de exclusão social para os países da periferia do sistema capitalista. Os Estados nacionais, no intuito de fornecer condições vantajosas às corporações

transnacionais e seguindo os programas das agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), provocam o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho e a própria desregulamentação do mercado de trabalho. Observa que, enquanto os países ricos possuem apenas 30% das ocupações mais expostas à concorrência internacional (indústria e agropecuária), os países pobres têm 70% das ocupações concentradas nos setores primários e secundários, que são objeto de intensa competição mundial. Por conta disso, são justamente os trabalhadores dos países periféricos os que sofrem mais diretamente os efeitos deletérios da globalização, decorrentes da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho, sem constrangimentos por parte das políticas macroeconômicas e sociais nacionais. São precisamente esses aspectos oriundos da nova divisão internacional do trabalho que fazem a conexão com o tema da pobreza, “globalização da pobreza”, uma vez que este cenário de *apartheid* social se fundamenta crescentemente no uso de mão-de-obra barata, sobretudo daquela originária dos países pobres.

Magalhães ressalta a crise da democracia representativa decorrente da concentração econômica em nível global, que permitiu aos grandes conglomerados econômicos o controle da mídia, a manipulação da opinião pública e o financiamento de campanhas eleitorais milionárias. Democracias liberais históricas transformam-se em quase oligarquias, onde os direitos civis vêm sendo sistematicamente comprometidos. Diante desta crise vislumbra que a alternativa do fortalecimento da democracia participativa no Brasil passa por importantes experiências como o fortalecimento do orçamento participativo. O autor destaca a possibilidade dos municípios brasileiros, a partir da Constituição de 1988, elaborarem suas Constituições municipais, auto-organizando os seus poderes executivos e legislativo e promulgando sua Constituição. A descentralização democrática vem se afirmando como alternativa para a construção de uma democracia dialógica que resgate a credibilidade da democracia representativa. Observa uma nova perspectiva de democracia, denominada “dialógica local”, associada a uma ação cidadã local e global a partir do fortalecimento das redes de cidadania participativa que se comunicam e se fortalecem no mundo.

Elías Mortera apresenta uma abordagem de pesquisa sobre as organizações civis e seu papel transacional, a partir da experiência mexicana e sob a ótica de gênero e ambiente. Aborda o estudo dos conceitos e de algumas correntes teóricas que tentam explicar a sociedade civil, o fenômeno de emergência do associacionismo e as redes transnacionais. Observa que no contexto da globalização (Norte-Sul) as organizações civis adquirem relevância, geram recursos, criam alianças com os governos e com seus pares transnacionais. No caso do México, aborda

três casos de associações civis no México e as redes que elas formam, gerando vínculos transacionais, que permanecem e tentam manter-se e incidir nas decisões políticas e na formação e capacitação de recursos humanos. Destaca que este quadro institucional, desenhado pelo consenso neoliberal é estimulado pela pressão dos Estados nacionais em reduzir e regular seus gastos, maximizar suas exportações e permitir a liberalização dos mercados sem a intervenção das forças sociais e políticas. Observa que, neste contexto, o mercado tem a capacidade de regular a si mesmo e se despolitiza, que as contradições do processo de globalização expressam que os mercados têm também suas dinâmicas sociais e políticas que não são possíveis de separar das forças econômicas. Ressalta neste sentido o monitoramento de projetos sociais, como os que pesquisou, por agências como o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento

Rocio Santos evidencia alguns elementos que caracterizam as diferentes concepções sobre a Reforma do Estado. Observa que o contraste entre o fordismo e a acumulação flexível provoca a retomada do indivíduo e da propriedade privada no âmbito das relações entre Estado e sociedade. Enquanto na produção fordista predominou a negociação coletiva, na era de produção flexível as políticas de negociação passam a ser localizadas e centradas no indivíduo. Da mesma forma que no fordismo predomina o Estado de Bem-Estar social, na acumulação flexível afirma-se a privatização das necessidades coletivas e da seguridade social. A flexibilidade dos processos e mercados de trabalho implicou, entre outras coisas, em altas taxas de desemprego (estrutural) e no retrocesso do poder sindical. Com o colapso do modelo de produção fordista para o modelo toyotista e de acumulação flexível observa-se um processo de reestruturação do capitalismo através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e de consumo.

Mitjavila e Silva de Jesus examinam as características e bases institucionais dos processos de individualização social em contextos de modernidade tardia e globalização do espaço social. A idéia da individualização refere-se aos mecanismos e processos que tornam a percepção dos problemas sociais como problemas individuais, em função de disposições psicológicas e familiares. Globalização e individualização apresentam-se como duas faces de um novo modo de societalização. Este novo padrão de articulação das relações indivíduo/sociedade exprime-se na biografização dos problemas sociais. Esta implica em exigências para que o indivíduo se constitua como um indivíduo auto-centrado a fim de que possa participar das proteções e benefícios materiais e simbólicos associados ao modelo do *Welfare State*. Este último pressupõe a existência do indivíduo como ator e construtor de sua própria biografia, identidade, pertencas, compromissos e lealdades.

des. Com efeito, no Estado de Bem-Estar, os direitos sociais apresentam-se como direitos individuais e, mais especificamente, como direitos dos indivíduos trabalhadores, já que o acesso à proteção e benefícios materiais do Estado de Bem-Estar pressupõe determinada relação com o mercado de trabalho, na imensa maioria dos casos. A participação no trabalho, por sua vez, pressupõe uma participação na educação, e ambos pressupõem a mobilidade e a prontidão a ser móbil. Todas essas exigências não ordenam nada, mas requerem que o indivíduo consinta em se constituir como um indivíduo, para planejar, compreender, projetar e agir – ou sofrer as conseqüências que lhe serão auto-infligidas em caso de fracasso. A individualização e a globalização constituem, de fato, duas caras do mesmo processo de modernização reflexiva. A biografização está ancorada num saber científico/técnico que desempenha papel fundamental na construção e difusão padronizada de estilos de vida ou das tecnologias do eu, conforme Foucault. Neste sentido, algumas questões se tornam prementes, quais sejam: que tecnologias políticas tornam possível a individualização dos agentes sociais em tempos de globalização? Ou que classe de tecnologias políticas estaria dando sustentação às novas estratégias de gestão do social que seriam típicas das sociedades contemporâneas? As autoras observam que algumas profissões como a Medicina e o Serviço Social encontram-se à frente destes desafios, introduzidos por esse quadro de transformações institucionais.

Simionatto destaca que a complexificação, diversificação e fragmentação das formas de expressão do Estado e da sociedade civil têm se apresentado como tema de grandes debates e inquietações na realidade contemporânea. Tais categorias passaram a ser utilizadas tanto para fortalecer a participação política da sociedade quanto para justificar os programas de ajuste neoliberal nas diferentes agendas governamentais e despolitizar as ações dos grandes sujeitos históricos que funcionavam como vetores de unificação social. Destaca que a globalização fortaleceu-se e impôs-se como caminho único e indispensável aos Estados nacionais no acesso às transformações tecnológicas em curso no mundo e ao ingresso à “modernidade capitalista”. Valores como democracia, direitos e cidadania foram substituídos pela preocupação voraz com a estabilidade econômica e pela lógica imperativa dos mercados. Reduzida a um crescente processo de financeirização, passou a interferir na autonomia e soberania dos Estados-nacionais, intensificando os problemas relativos à governabilidade e transfigurando a abertura e a liberalização dos mercados em “verdadeiros simulacros” da democracia. A conseqüência mais contundente é a produção conservadora de uma cultura anti-Estado. Este, desqualificado, enquanto esfera de representação dos interesses das camadas de classes subalternizadas, e fortalecido na representação dos inte-

resses das elites econômicas. Construiu-se um consenso sobre a gestão estatal como ineficiente, supérfluo, inepto, ineficaz, ineficiente, responsável pelo déficit público questionando a necessidade de sua existência. Cristaliza-se, assim, uma cultura anti-Estado e se sedimenta uma verdadeira cultura de concordância e de consentimento à privatização, pilar fundamental da nova *market society*. A redefinição conservadora das relações entre Estado e sociedade civil suprime o espaço da política, da possibilidade de invenção e construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático. A autora propõe que outro projeto de sociedade significa apostar decisivamente na formação de uma cultura política capaz de restabelecer a relação dialética entre Estado e sociedade civil, impregná-la de formas participativas, de fortalecê-la enquanto conjunto de relações sociais da vida em sociedade, de instituições, de ideologias, de interesses, de cultura e de valores, espaço de construção da hegemonia, de “fundação de novos Estados”.

Tenho certeza que o esforço sintetizado nestes trabalhos trará resultados profícuos não somente pela contribuição acadêmica no aprofundamento deste tema, mas pelo desejo da reinvenção das utopias, expressa em cada palavra, em cada parágrafo.

Erni J. Seibel

Doutor em Ciência Política pela
Universidade Livre de Berlim

Professor do Curso em Sociologia e Ciência Política
da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 12 de maio de 2004